

INTRODUÇÃO

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil, e no Terceiro Mundo em geral, é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Segundo Arruda (2001), deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial.

A criação de unidade de conservação (UC) é um instrumento estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), sendo Unidades de Conservação espaços territoriais com limites definidos aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção dos recursos naturais em sentido amplo.

Tanto a criação quanto o manejo das unidades de conservação avançaram como técnicas e ciências e conta hoje com objetivos tão variados quanto à preservação da diversidade biológica, a manutenção de serviços ecológicos essenciais, a proteção de monumentos naturais e belezas cênicas associadas à promoção de pesquisa científica, educação, recreação, turismo ecológico e desenvolvimento regional (MILANO, 2000).

Essas unidades são divididas em categorias de Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Entre as quais se podem destacar a Área de Proteção Ambiental (APA).

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, é constituídas por terras públicas ou privadas, a realização de pesquisas científicas e de visitas públicas, nas áreas sob domínio público, serão estabelecidas pelo gestor da unidade e disporá de um conselho presidido pelo responsável por sua administração e por representantes da população existente, dos órgãos públicos e da sociedade civil.

Independente da categoria a criação, planejamento e implantação de uma Unidade de Conservação podem gerar conflitos entre a gestão e a comunidade na qual ela encontra-se inserida, não sendo diferente na APA do Alto do Mucuri. Diante do exposto, a ideia de análise dos conflitos nesta UC surge como uma ferramenta de auxílio ao processo.

Para a construção de uma gestão efetiva e do manejo de uma unidade de conservação (UC), é de suma importância que se compreenda os conflitos ambientais que envolvam comunidade e gestão. Os benefícios aportados por uma ou mais unidades de conservação podem ser muitos, mas eles somente são percebidos se elas forem geridas com padrões de excelência e os usos a que estão submetidas forem compatíveis com a categoria de manejo e objetivos de conservação (FARIA, 2004).

A gestão participativa é essencial para que a UC se desenvolva. As necessidades, precariedades e níveis de informação da comunidade em relação à UC, interferem de forma direta para que situações conflitantes ocorram. Por isso, a participação da comunidade em meio à gestão da UC, assim como estudos oriundos dessa UC se tornam indispensáveis, fazendo-se necessário a análise desses conflitos.

2 JUSTIFICATIVA

A cidade de Ladainha-MG encontra-se inserida em uma unidade de conservação, criada pelo Governo do estado de Minas gerais e denominada APA do Alto do Mucuri.

Por se tratar de uma área significativa da UC, esta localidade foi designada como sede desta APA, onde ocorrem as atividades de gerenciamento da mesma. A gestão efetiva de uma unidade de conservação depende do grau de comprometimento da comunidade local com a mesma, no sentido de participação e aceitação perante as restrições e limitações que a UC estabelece, como forma de proteção dessas áreas.

Para Faria (2004) foi no ambiente acadêmico e das grandes organizações internacionais ambientalistas, que surgiram as primeiras tomadas de posição em relação à formulação de instrumentos mais criteriosos dirigidos ao diagnóstico da eficácia de gestão das áreas protegidas. Fundamentalmente a partir do IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas, ocorrido na Venezuela em 1992.

O que torna de grande relevância o estudo e análise de conflitos na APA do Alto do Mucuri, sendo extremamente necessário que os mesmos sejam identificados, pois assim a gestão da UC terá entendimento da real situação em relação à percepção da comunidade.

Para que medidas cabíveis e alternativas viáveis sejam tomadas a fim de amenizar as situações conflituosas e minimizar impactos ambientais oriundos destes conflitos, trazendo inúmeros benefícios a comunidade local, a sua gestão, assim como também benefícios de ganho social, acadêmica e científico, apaziguando a relação entre comunidade e gestão, e mantendo a preservação dos recursos naturais.

3 HIPÓTESE

A falta de participação, informação, conhecimento e conscientização da comunidade local podem dificultar a aceitação da APA do Alto do Mucuri em suas proximidades. O fato da mesma não ter ciência sobre a importância e de como uma unidade de conservação pode trazer benefícios à região, poderão gerar conflitos e a necessidade de gestão dos mesmos.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Realizar a análise e propor a gestão de conflitos na APA (Área de Proteção Ambiental) do Alto Mucuri no município de Ladainha-MG.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Avaliar o grau de informação da comunidade sobre a APA;
- Analisar a participação da comunidade na criação e implantação da APA;
- Avaliar a aceitação da comunidade á implantação da APA;
- Identificar os conflitos e suas consequências;
- Elaborar a proposta de gestão dos conflitos, caso existam.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5.1 SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – SNUC

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, foi instituído em 18 de julho de 2000 quando foi sancionada a Lei nº. 9.985, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. O SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e é de seu dever assegurar que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas estejam adequadamente representados no território nacional e nas águas jurisdicionais (BRASIL, 2011).

Segundo Brasil (2015), o SNUC, foi criado de forma a potencializar o papel das Unidades de Conservação (UC), sendo composto por 12 categorias de UC, possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, contribuam para a geração de renda, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo. (BRASIL, 2015).

Para Teixeira (2005) este sistema é o resultado de uma década de debates e enfrentamento de interesses que envolveram ambientalistas, cientistas, organizações não governamentais (ONGs), representantes de populações tradicionais, organizações ambientalistas internacionais, organizações privadas, entre outros.

De acordo com Medeiros (2006), foi à capacidade de reconhecer que as ações só teriam maior efetividade se estas fossem organizadas de forma integrada e sistemática, que o SNUC, abriu espaços para que novas categorias fossem criadas ou incorporadas no país.

De acordo como o disposto na Lei, os objetivos do SNUC, são:

- Contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- Proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

- Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- Proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- Proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- Favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e
- Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

5.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Segundo o disposto na lei nº. 9.985, as unidades de conservação (UC) são espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2011).

Devido à ocupação humana em áreas naturais, os problemas relacionados à extinção da fauna e flora tem aumentado, assim como a escassez da água, perda da biodiversidade, entre outros fatores que causam o desequilíbrio ecológico, o governo brasileiro protege as áreas naturais por meio das unidades de conservação, estratégia extremamente eficaz para a manutenção dos recursos naturais em longo prazo (BRASIL, 2015).

As unidades de conservação são ferramentas primordiais para minimizar os problemas ambientais, preservar os recursos naturais, proteger a fauna, a flora, micro-organismos, corpos d'água, solo, clima, paisagem, entre outros processos ecológicos, além de promover o desenvolvimento sustentável, proporciona a geração de emprego e renda, permiti atividades de turismo ecológico e a melhoria na qualidade de vida da sociedade (SIMÕES, 2008).

Para Faria (2008), A preservação de uma UC corresponde a elaboração e aplicação de um conjunto de políticas, programas, técnicas, planos, métodos e procedimentos, com o objetivo de proteger durante o maior intervalo de tempo possível os ecossistemas e seus componentes.

A criação de unidades de conservação vem sendo cada vez mais importante para assegurar a proteção da diversidade biológica e dos recursos genéticos associados a mesma, com a finalidade de oferecer benéficos e também de alcançar a conscientização da sociedade para que tenham clareza de que a biodiversidade, os ecossistemas são vitais para a existência de pessoas saudias, empresas sustentáveis, economias solidas consequentemente, para o desenvolvimento sustentável (SIMÕES, 2008).

5.2.1 Categoria de Unidade de Conservação (UC)

As categorias de unidades de conservação integradas no SNUC se dividem em: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral tem como objetivo básico preservar a natureza sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais exceto casos previstos na lei. E as Unidades de Uso Sustentável tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2011).

Segundo o SNUC, o grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias, (BRASIL, 2011):

- A Estação Ecológica tem como principal objetivo a preservação da natureza e realização de pesquisas científicas, é de posse dos domínios públicos, é proibida a visitação pública, exceto quando em objetivos educacionais, a pesquisa científica depende da autorização do órgão responsável pela administração da unidade.
- *A Reserva Biológica tem como principal objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais é de posse do domínio público, é proibida a visitação pública, exceto quando em objetivos educacionais e a pesquisa científica depende de autorização do órgão responsável pela administração da unidade.
- O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação das belezas cênicas e dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, é de posse do domínio público, a visitação está sujeita a

normas estabelecidas pelo plano de manejo da unidade, as pesquisas científicas dependem da autorização previa do órgão responsável pela administração da unidade, e as unidades dessa categoria quando criadas pelo Estado ou pelo Município serão denominadas respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

- O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, o Monumento Natural pode ser constituído em áreas particulares desde que atenda os objetivos da unidade, e as visitas públicas estão sujeitas a normas estabelecidas no plano de manejo da unidade.
- O Refugio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies, ou comunidades da flora local e da fauna existente ou migratória. Pode ser constituído por área particulares desde que atenda os objetivos da unidade, e as visitas públicas estão sujeitas a normas estabelecidas no plano de manejo da unidade sendo que as pesquisas científicas precisam de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

Segundo o SNUC, Constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidades de conservação, (BRASIL, 2011):

- A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, é constituídas por terras públicas ou privadas, a realização de pesquisas científicas e de visitas públicas, nas áreas sob domínio público, serão estabelecidas pelo gestor da unidade e disporá de um conselho presidido pelo responsável por sua administração e por representantes da população existente, dos órgãos públicos e da sociedade civil.
- A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área de pequena extensão com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características que abriga exemplares raros da biota regional e tem

como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, é constituída por terras publicas ou privadas.

- A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal e suas espécies são predominante nativa e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, é de posse do domínio publico, a pesquisa científica e as visitas públicas são permitidas, sendo que a Floresta Nacional disporá de um conselho consultivo e quando criada pelo Estado ou pelo Município receberão respectivamente o nome de Floresta Estadual e Floresta Municipal.
- A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, é de posse do domínio publico, é gerida por um conselho deliberativo, a visitação é permitida, a pesquisa científica é permitida e incentivada, e são proibidas a exploração de recursos minerais.
- A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, é de posse do domínio publico, a visitação pública pode ser permitida desde que compatível com o manejo da unidade e é proibido o exercício da caça amadorística ou profissional.
- A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, tem como objetivo básico preservar a natureza, e ao mesmo tempo assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos da qualidade de vida e exploração dos recursos, é de posse do domínio publico, são geridas por um conselho deliberativo, é permitida e incentivada tanto à visitação pública quanto a pesquisa científica.
- A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, permitida a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional. É criada por

iniciativa do proprietário, que pode ser apoiado por órgãos integrantes do SNUC na gestão da UC.

5.3 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA

A Área de Proteção Ambiental faz parte do grupo das Unidades de Uso Sustentável das categorias de Unidades de conservação. E segundo o SNUC, As APAS são áreas geralmente extensas, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, com certo grau de ocupação humana, constituídas por terras públicas ou privadas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, (BRASIL, 2011).

Podendo atingir mais de um município e podendo também abranger em seu interior outras unidades de conservação, não sendo necessária a desapropriação das terras, devem ser compreendidas como unidades de conservação de característica mista, pois existem atividades socioeconômicas urbanas e rurais e áreas de interesse para a conservação do patrimônio natural e histórico-cultural (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2008).

Segundo o IEF (2015), se tratando de pesquisas científicas e visitas públicas, quando em áreas sob propriedade privada, para que sejam realizadas, caberá ao proprietário estabelecer normas, desde que obedçam as exigências e restrições do IEF, já em casos de áreas sob domínio público o próprio IEF estabelece as condições para pesquisas científicas e visitas públicas na APA. Sendo que toda Área de Proteção Ambiental deve dispor de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme está disposto no SNUC (BRASIL, 2011).

5.3.1 A APA do alto do mucuri

O Governo do Estado de Minas Gerais criou, por meio da Semad/IEF, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Alto do Mucuri, localizada em 08 municípios (MINAS GERAIS, 2011) (Quadro 01).

O quadro 01 descreve que os municípios de Ladainha e Itaipé são os que possuem maior espaço territorial inserido na APA do Alto Mucuri. Além de possuir maior espaço territorial, Ladainha juntamente com Teófilo Otoni, possui maior quantidade de hectares pertencentes a mesma, e os municípios que possuem menor abrangência perante a APA, é Carai e Novo Cruzeiro.

Sendo a unidade de conservação de uso sustentável que possui uma área de 315.753 hectares (trezentos e quinze mil setecentos e cinquenta e três hectares) e o perímetro de 426.273,77m (quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e três metros e setenta e sete centímetros), tem como objetivos proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, os solos, a fauna e a flora, além de promover a recuperação das áreas degradadas, a conectividade entre fragmentos florestais e atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região (IEF, 2012).

QUADRO 01:

Municípios de Localização da APA do Alto Mucuri e as respectivas áreas de abrangência.

Nº	Municípios	Hectares do Município inserido na APA do Alto do Mucuri	% Territorial do Município Inserido na APA do Alto Mucuri
01	Carai	7.713	6,20
02	Catuji	17.621	42,23
03	Itaipé	48.168	100,00
04	Ladainha	86.697	100,00
05	Malacacheta	10.842	14,90
06	Novo Cruzeiro	6.048	3,55
07	Poté	52.103	83,34
08	Teófilo Otoni	86.561	26,66
TOTAL		315.173	

FONTE: Decreto nº 45.877 de 30 de dezembro de 2011.

Segundo o IEF (2011), A ocupação da APA é predominantemente por comunidades da agricultura familiar, são cerca de 11.000 famílias residentes na região e que possuem áreas, na sua maioria de até 30 ha, a diversidade étnica,

cultural e de organização social da agricultura familiar inclui comunidades tradicionais originadas por indígenas, afrodescendentes, migrantes e imigrantes, os principais cultivos são mandioca, milho, café, feijão, hortaliças, cana e banana.

Predominam trabalho manual em pequenas agroindústrias familiares ou comunitárias, sendo a produção voltada para o autoconsumo e comercialização em feiras locais, Por todo território observa-se intensa degradação dos solos, desmatamentos dos remanescentes da Mata Atlântica, queimadas e assoreamento de córregos e rios e conseqüente perda da produtividade das culturas agrícolas (IEF, 2011).

O Instituto Estadual de Florestas (IEF), integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA), é o responsável pela implantação e administração da APA do Alto do Mucuri, juntamente com seu conselho consultivo que é presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme está disposto no SNUC (IEF, 2012).

Segundo dados do IEF (2012), A APA do Alto Mucuri contribui para a conservação de uma das regiões com maior cobertura vegetal nativa do Bioma da Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais. "Colabora, também, de forma decisiva para a preservação dos recursos hídricos na região", destacou o então secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na época, Adriano Magalhães. Segundo dados do IEF (2012).

O IEF (2011) destaca os benefícios da APA do Alto Mucuri dentre os quais podem ser destacados: proteção ambiental; desapropriação desnecessária; aplicação de técnicas e atitudes de desenvolvimento sustentável; parcerias com universidades; e pagamento por serviços ambientais, como por exemplo, a Bolsa Verde.

5.4 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Segundo o SNUC, as unidades de conservação são criadas por ato do poder público (Federal, Estadual ou Municipal), sendo que a sua criação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar: A denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade, o

órgão responsável por sua administração, o ordenamento de visitação, entre outros, (BRASIL, 2015).

A implantação de uma UC tem como diretriz fundamental a participação da sociedade. Por meio dos conselhos gestores das UC essa participação tem o objetivo de tornar-se efetiva e legítima. Além disso, para uma implantação eficaz, é necessário que haja um planejamento das práticas adotadas dentro da UC e em seu entorno, e isso se dá por um instrumento de gestão denominado plano de manejo (OLIVEIRA; BARBOSA, 2010).

De acordo com Oliveira e Barbosa (2010), a escolha da categoria de uma unidade de conservação é de suma importância, pois os usos permitidos em cada UC, variam conforme a sua categoria, que é definida dependendo da vocação que a área possui, considerando as potencialidades de uso que a área oferece, para assim promover o desenvolvimento local, já que são inúmeros os benefícios que a criação e implantação de uma UC podem trazer a uma região, pois reforça o efetivo desenvolvimento econômico e socioambiental local.

5.4.1 Criação e Implantação da APA do Alto do Mucuri

A criação da APA do Alto do Mucuri nasceu de um anseio regional por proteger as nascentes do Rio Mucuri visando à produção de água para o abastecimento e a produção agrícola, com o objetivo de ser também um instrumento de planejamento e gestão territorial e uma alternativa de manter as famílias em suas áreas, compatibilizando a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável da região. (IEF, 2011).

Segundo o IEF (2011), a modalidade escolhida para esta unidade de conservação foi indicada pela sociedade local a fim de criar um aprendizado regional de gestão do território por meio do Conselho Consultivo. O futuro zoneamento desta APA criada indicará as áreas e suas respectivas categorias de uso, a priori não impactando o modo de produção da região.

Para a definição dos limites e categoria da UC foi elaborada, pela equipe técnica da Diretoria de Áreas Protegidas uma proposta inicial de criação de uma Área de Proteção Ambiental, com limites definidos para a proteção das nascentes do Mucuri Sul e Mucuri Norte (IEF, 2011).

Após a realização das reuniões na região, levantamento de estudos já realizados, e bem como de consultas públicas junto à comunidade restou concluído que a categoria de manejo Área de Proteção Ambiental foi a que se apresentou mais viável devido à relevância biológica da região, ao potencial turístico e científico e a quantidade de famílias residentes, visando experimentar técnicas e atitudes que conciliem o uso da terra e o desenvolvimento regional com a manutenção dos processos ecológicos essenciais (IEF, 2011).

5.5 CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As unidades de conservação são ferramentas importantes e essências para a proteção da diversidade biológica, para minimizar os impactos antrópicos em ecossistemas naturais, além de contribuir para o bem estar da humanidade, porém nem sempre são percebidos pelo público, ainda que gerem benefícios (SHIRAIISHI, 2011). Para atender as suas necessidades, a sociedade interfere no ambiente ocasionando alterações nas suas condições e na sua qualidade (AGRA FILHO, 2010).

Segundo Brito (2010), em todos os aspectos de gestão ambiental surgem conflitos, e estão constantemente presentes no ato de manejar e gerir os recursos naturais, principalmente quando se trata de unidades de conservação, por protegerem a diversidade biológica e limitar o uso de tais recursos. Devido ao crescimento populacional a utilização dos recursos naturais vem aumentando, gerando assim conflitos, sendo estes sociais, que envolvem interesse, sentidos e fins, na relação homem e ambiente.

A criação de áreas protegidas tem causado algumas situações de conflitos, as divergências começam quando, tanto os recursos naturais, quanto a ocupação humana, não são satisfatórias, ocasionando muitas vezes em desapropriações, exclusão do acesso aos bens e serviços ambientais (VIVACQUA; VIEIRA, 2005).

A falta de conhecimento da importância de uma unidade de conservação acarreta em inúmeros conflitos, podendo causar vários impactos negativos ao ambiente, em áreas onde possam existir comunidade local, vegetação exótica, turismo, em áreas onde existam a prática de atividades agropecuária e pesca, além de dificultar o entendimento da legislação e competência que estabelece a Lei nº

9.985 de 18 de julho de 2000, que constitui o SNUC, pois a mesma, impõe restrições de espaço em UC e limita algumas atividades que dependem do uso dos recursos naturais, que é determinado pelo plano de manejo de cada UC, o que implica na resistência da comunidade local, se tratando da aceitação de algumas dessas restrições, gerando assim conflitos (FLORES *et al*, 2009).

5.6 GESTÃO DE CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Visto que com a criação de unidades de conservação, pode-se gerar diversos tipos de conflitos, é importante que a legítima participação da comunidade seja inserida nas UC, a fim de ajudar na transformação social e diminuir os conflitos, permitindo analisar o conhecimento, os valores e atitudes da comunidade em relação a área protegida, essa participação pode se dar através de uma abertura de outros espaços, se tratando do conselho de UC, onde possa haver a interação da comunidade (SHIRAISHI, 2011).

Entretanto, os conflitos ambientais nas unidades de conservação não são totalmente negativos, pois a partir dos conflitos gerados, é que surgem alternativas, formas de entendimento dos problemas, crescimento da UC, negociações entre a comunidade local e os gestores da UC, além de abrir caminho para a busca de mecanismos para a regulação da gestão dessas áreas (BRITO, 2010).

Para uma efetiva gestão, uma unidade de conservação necessita de um plano de manejo onde as necessidades da comunidade sejam levadas em consideração, se

tratando do uso dos recursos naturais, desde que não implique em infração da lei de acordo como o que estabelece o SNUC, traçando as prioridades e também necessidades da UC, como forma de planejamento, comando, controle, organização e coordenação, a fim de estabelecer a importância da biodiversidade e da preservação dessas áreas (FLORES *et al*, 2009).

A melhor forma de solucionar conflitos é previne-los, evitar que eles ocorram. Porém uma vez diagnosticado o conflito, resta encontrar mediadores, legítimos e atuantes, para que seja buscada a conciliação, a ultima opção que deve ser considerada é a imposição de uma decisão externa (AGRA FILHO, 2010).

6 METODOLOGIA

6.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO AOS FINS

A pesquisa se classifica em qualitativa e quantitativa onde há compilação e processamento de dados, apresentados de forma descritiva em números e frequências.

6.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO AOS MEIOS

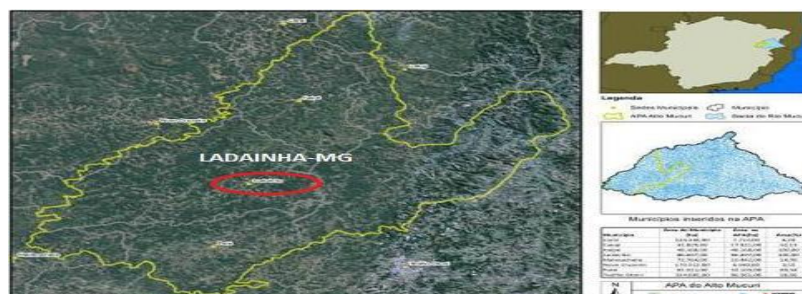
A pesquisa se classifica em pesquisa de campo, bibliográfica e documental. Sendo realizado para o estudo o uso de material bibliográfico do tipo: artigos científicos, livros, documentos, entre outros. E realizada a aplicação de questionários como forma de pesquisa de campo, no Município de Ladainha-MG, abrangendo não só a área urbana, como também comunidades rurais.

6.2.1 Caracterização e Quantificação do universo e Sujeito de estudo

O local de estudo compreende a sede da APA do Alto Mucuri (Figura 01) que se encontra inserida no Município de Ladainha - MG.

FIGURA 01

Localização da sede da APA do Alto Mucuri em Ladainha-MG.



FONTE: Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Teófilo Otoni, 2011.

Segundo IBGE (2014), Ladainha é localizada no estado de Minas Gerais (Figuras 02 A e B). Os habitantes se chamam ladainhense. O município se estende por 866,3 km² e contava com 18.000 habitantes no último censo em 2014. A densidade demográfica é de 19,6 habitantes por km² no território do município.

Vizinho dos municípios de Poté, Itaipé e Novo Cruzeiro, Ladainha se situa a 24 km a Sul-Leste de Novo Cruzeiro a maior cidade nos arredores. Situado a 489 metros de altitude, coordenadas geográficas do município Latitude: 17° 37' 39" Sul Longitude: 41° 44' 25" Oeste. Clima tropical com estação seca (Classificação climática de Köppen-Geiger: Aw).

FIGURA 02
Localização do Município de Ladainha-MG.



FONTE: (A) IBGE (2014)

FONTE: (B) Google Maps (2014)

6.3. TRATAMENTO DOS DADOS

6.3.1 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em 03 etapas descritas abaixo:

ETAPA 01: No dia 14 de setembro de 2015, em parceria com o CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) foi realizado o primeiro

encontro com líderes comunitários onde foi apresentada a proposta e divulgado o estudo, bem como sua importância. Nesse primeiro contato teve-se como intuito a aproximação com a comunidade e levantamento de locais para a segunda etapa da abordagem (FIGURA 03).

ETAPA 02: Em um segundo momento foram realizadas palestras, previamente divulgadas, nos locais definidos na Etapa 01. Esta etapa teve como objetivo divulgar o estudo e sua importância a comunidade, bem como informar sobre o questionário e sua aplicação (FIGURA 03).

FIGURA 03: Encontro com os Líderes das comunidades rurais e palestras.



ETAPA 03: Foi elaborado um questionário (APÊNDICE A), contendo 13 (treze) perguntas, a fim de identificar os níveis de conhecimento, informação, aceitação e participação da comunidade em relação à APA do Alto do mucuri.

O questionário foi aplicado em sua proporção, a zona urbana e zona rural do município de Ladainha-MG. Como também uma planilha de campo (APÊNDICE B) que foi elaborada contendo 09 (nove) perguntas aplicada a equipe de gestão da APA do Alto do Mucuri, a fim de identificar as dificuldades encontradas pela gestão

em relação a sua administração, com destaque para a aceitação da comunidade, existência de conflitos e condições de trabalho.

De acordo com o número de habitantes do Município de Ladainha-MG, que são de aproximadamente 18.000 segundo dados do IBGE (2014), foi selecionada uma amostra de pessoas, a partir da fórmula descrita abaixo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

Sendo:

n = O tamanho da amostra que queremos calcular.

N = Tamanho do universo (população de ladainha 18000 habitantes).

Z = É o desvio do valor médio que aceitamos para alcançar o nível de confiança desejado. Em função do nível de confiança que buscamos, usaremos um valor determinado que é dado pela forma da distribuição de Gauss. Os valores mais frequentes são:

Nível de confiança 95% -> Z=1,96

Nesta Amostra será adotada o nível de confiança de 95 % que equivale a Z=1,96

e = É a margem de erro máximo que eu quero admitir (5%)

p = É a proporção que esperamos encontrar (50%).

Calculo: $n = \frac{18000 \cdot 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1-0,5)}{(18000 - 1) \cdot 0,05^2 + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}$

$$(18000 - 1) \cdot 0,05^2 + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)$$

$$n = \frac{18000 \cdot 3,8416 \cdot 0,25}{44,9975 + 3,8416 \cdot 0,25}$$

$$44,9975 + 3,8416 \cdot 0,25$$

$$n = \frac{17287,2}{45,97} = 376,05 = 377 \text{ Amostras}$$

Foram aplicados um total 377 questionários no Município (FIGURA 04), para homens e mulheres, de 15 (quinze) a 96 (noventa e seis) anos, entre zona urbana e zona rural, totalizando 7 (sete) comunidades rurais, sendo elas as comunidades de: Ladainha, Açude, Águas Belas, Brejaúba, Cruzeiro, Peixe Crú, Ribeirão de areia e São Domingos do Arrozal.

FIGURA 04: Aplicação dos Questionários. (APÊNDICE A).



6.3.1.2 Levantamento de Conflitos e suas consequências

Para a identificação dos conflitos, foi cedido pela própria gestão da APA do Alto do Mucuri por meio do IEF (Instituto Estadual de Florestas) juntamente com o corpo de bombeiros, arquivos do tipo Relatório de Ocorrência de Incêndios (ROI) e Relatório de Eventos de Defesa Social (RED).

Foi realizado um encontro com o gestor da APA do Alto Mucuri e o técnico agrícola da unidade de conservação, que juntos compõe a equipe de gestão da APA do Alto do Mucuri no município de Ladainha, totalizando o número de apenas duas pessoas, com o objetivo de levantar a real situação da unidade no que se refere a gestão da mesma e suas dificuldades. As informações foram coletadas utilizando como ferramenta uma planilha (APENDICE B) para anotações pertinentes.

A partir de dados do tipo ROI e RED sobre notificações existentes dos conflitos, oriundos do órgão ambiental responsável pela APA, bem como pesquisas junto a sede. Foram levantados dados sobre: a existência destes conflitos, tipo, áreas de ocorrência, intensidade de ocorrência, consequências e medidas mitigadoras dos mesmos nos locais.

6.3.1.3 Proposta de Gestão de Conflitos

A partir dos dados levantados em relação a abordagem inicial à comunidade na criação e implantação da unidade de conservação, do nível de informação da comunidade sobre a unidade e da existência de conflitos, foi elaborada uma proposta para auxiliar na gestão destes na unidade.

6.3.2 Análise dos Dados

Para o processamento dos dados foram utilizados programas específicos de georreferenciamento e Microsoft Office Excel 2007, que serão apresentados por meio de tabelas e gráficos.

7- RESULTADOS E DISCUSSÕES

7.1 VISÃO DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO A APA DO ALTO DO MUCURI

Das 377 (trezentas e setenta e sete) pessoas as quais responderam o questionário, 52,5% eram do sexo masculino e 47,5% eram pessoas do sexo feminino. Tendo como faixa etária 40,8% pessoas de 15 a 30 anos; 29,7% pessoas entre 31 a 46 anos; 20,4% pessoas entre 47 a 62 anos; 7,4% pessoas entre 63 a 78 anos e 1,6% pessoas entre 79 a 96 anos .

As ocupações dessas pessoas entrevistadas variam entre: 29,2% Autônomos, 13,5% Aposentados, 23,1% estudantes, 1,3% empresários, 14,3% funcionários públicos, 5,3% funcionários privados, 8% compostos por desempregados e 5,3% tem outras ocupações (TABELA 01).

TABELA 01

Informações gerais sobre a comunidade abordada.

Parâmetro	Variação	%
Idade (anos)	15 - 30	40,8
	31 - 46	29,7
	47 - 62	20,4
	63 - 78	7,4
	79 - 96	1,6
Sexo	Feminino	47,5
	Masculino	52,5
Ocupação	Autônomo	29,2
	Aposentado	13,5
	Estudante	23,1
	Empresário	1,3
	Funcionário Público	14,3
	Funcionário Privado	5,3
	Desempregado	8,0
	Outros	5,3
	Não Tem	8,8
	Escolaridade	Fundamental Incompleto
Fundamental Completo		4,2
Médio Completo		21,5
Médio Incompleto		20,7
Superior Completo		14,3
Superior Incompleto		4,5
Pós Completa		5,0
Pós Incompleta		0,8

O nível de escolaridade das pessoas abordadas para a aplicação do questionário varia entre: 8,8% das pessoas não possuem escolaridade, 20,4% das pessoas possuem o fundamental incompleto e 4,2% fundamental completo, 21,5% das pessoas possuem nível médio completo e 20,7% nível médio incompleto, 14,3% possuem nível superior completo e 4,5% possuem superior incompleto, 5% das pessoas possuem pós-graduação completa e 0,8% possuem pós-graduação incompleta (TABELA 01) Para a validade dos dados é de suma importância que as pessoas abordadas para responderem ao questionário sejam diferentes umas das outras em alguns aspectos. Que tenham sexo diferentes, idades diferentes,

ocupações diferentes e que residam em locais diferentes, como em zona urbana e zona rural, para a efetividade dos resultados é importante saber se essas condições alteram o resultado de alguma forma, ou se semelhanças entre essas condições, trazem respostas iguais.

È preciso abordar diversas áreas e pessoas para que o resultado seja verdadeiramente completo. O intuito é de captar o máximo de informações possíveis em o máximo de pessoas possíveis com diferenças em determinados aspectos, para ter um resultado mais completo em relação a forma que a gestão da APA do Alto do Mucuri vem fazendo o seu papel, pois quanto maior for as áreas alcanças com diferenças em localidade, idade, profissões e nível de escolaridade, melhor será o resultado por inteiro. Tornando-se assim essas variáveis favoráveis para a validade da pesquisa e dos resultados obtidos.

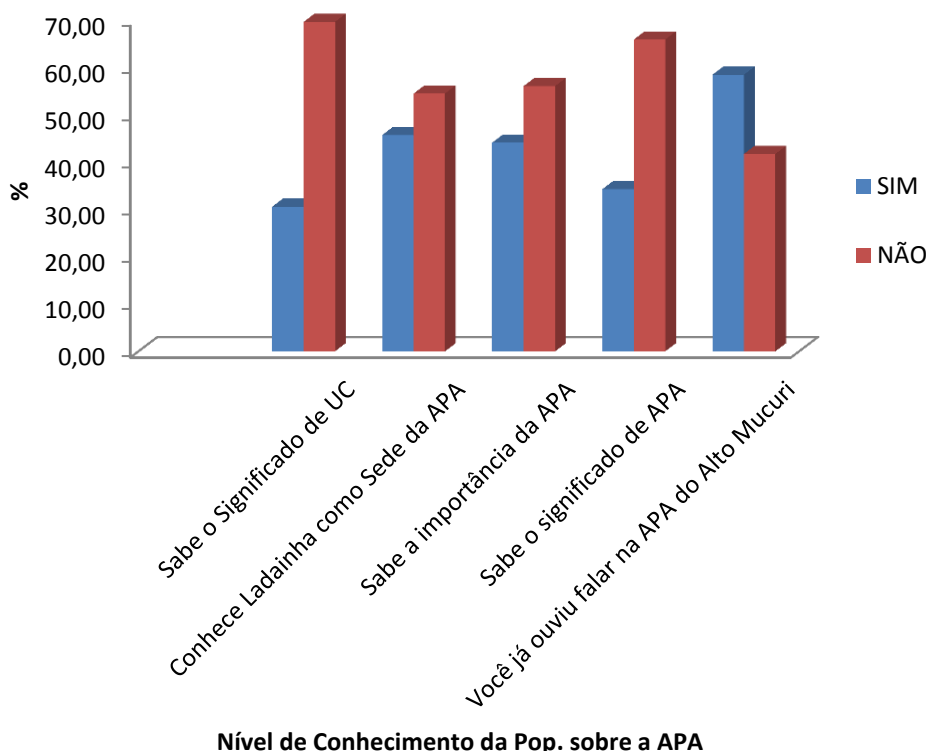
7.1.1 Conhecimento da população sobre a APA do Alto do Mucuri

Se tratando do nível de informação da comunidade sobre o significado de unidade de conservação e significado de APA, assim como, a importância da sua criação e implantação no município, e Ladainha como sede da APA, obteve-se os seguintes resultados:

De acordo com o gráfico abaixo, apenas 30,50% das pessoas sabem o significado de Unidade de Conservação, já as outras 69,50% não sabem. 45,62% das pessoas conhecem Ladainha como sede da APA, já as outras 54,38%, não. 44,03% das pessoas sabem da importância da APA do Alto do Mucuri para a região, 55,97% não sabem. Apenas 34,22% das pessoas sabem o significado de APA, 65,78% desconhecem o significado. 58,36% das pessoas já ouviram falar da APA do Alto do Mucuri, 41,64% nunca ouviram falar.

GRÁFICO 01:

Nível de informação da comunidade em relação a APA.



Os dados analisados totalizam números insatisfatórios para uma eficiente gestão na APA do Alto do Mucuri, pois em carácter de informação e conhecimento perante a unidade de conservação, não foram alcançados nenhum resultado que obtivesse média maior que 45,62%, não resultando nem na metade das pessoas que responderam ao questionário, que seria de 50%. Exceto, para os 58,36% que já ouviram falar da APA do Alto do Mucuri, que ultrapassam a média de pessoas abordadas. Sendo assim a comunidade de Ladainha-MG em sua grande maioria não tem conhecimento algum sobre unidade de conservação, mesmo estando inserida em uma.

Muitas são as variáveis que explicam de certo modo, o fato da comunidade não ter esse tipo de conhecimento. A falta de escolaridade é um fator que em certos casos dificultam o entendimento do conceito de Unidade de Conservação e de Área de Proteção Ambiental, mas que não justifica, nunca ter ouvido falar da APA do Alto do Mucuri ou que Ladainha é sede desta APA, já que estão inseridos nela.

Para aqueles que obtêm escolaridade e mesmo assim não sabem de fato o significado de UC e APA os números resultam tanto em partes por uma falta de interesse da população em relação a APA do Alto do Mucuri quanto em uma falha na gestão da mesma. Sabendo, que a educação ambiental em uma unidade de conservação deve ser ferramenta primordial para o ganho de informações da comunidade não só perante APA, mas como em diversas questões ligadas ao meio ambiente. Corroborando, Faria (2004) destaca a educação ambiental visando o “dar a conhecer” à comunidade é um forte elemento de psicologia humana, para ganhar atenção as questões ambientais e fazer interação da gestão com a comunidade.

Um número expressivo de pessoas abordadas não tem conhecimento do significado de APA e da sua importância, o que para gestão da APA do Alto do Mucuri se torna um impasse, pois para uma gestão efetiva em unidade de conservação é preciso conhecimento, aceitação e participação da comunidade para com a APA, o que dificulta a situação da gestão, pois não há como aceitar ou participar daquilo que não se conhece.

O que mostra ser necessário que a gestão da APA do Alto do Mucuri, invista em mais propostas de educação ambiental e “dê o conhecer” á comunidade do município de Ladainha, sobre conceitos de unidade de conservação e principalmente sobre a importância da APA do Alto do Mucuri para sua região. O conhecimento da comunidade em relação a APA, tende em sua maioria gerar conscientização ambiental, o que é essencial para que essa UC, cresça e se desenvolva, para a preservação dos recursos naturais e para o benefício de toda a região.

7.1.1.1 Participação da Comunidade na APA do Alto do Mucuri

O gráfico a baixo nos apresenta o nível de participação da comunidade em reuniões antes da criação da APA do Alto do Mucuri e depois da sua implantação. Os números mostram que tanto antes da criação desta APA quanto depois da sua implantação, o resultado permaneceu o mesmo, sendo que 89% das pessoas abordadas nunca participaram de nenhum encontro nem antes da APA ser criada e nem depois de implantada, e apenas 11% das pessoas abordadas estiveram presentes em reuniões para a criação da APA e também depois da implantação da mesma na região.

GRÁFICO 02:

Participação da comunidade em reuniões antes de ser criada a APA.

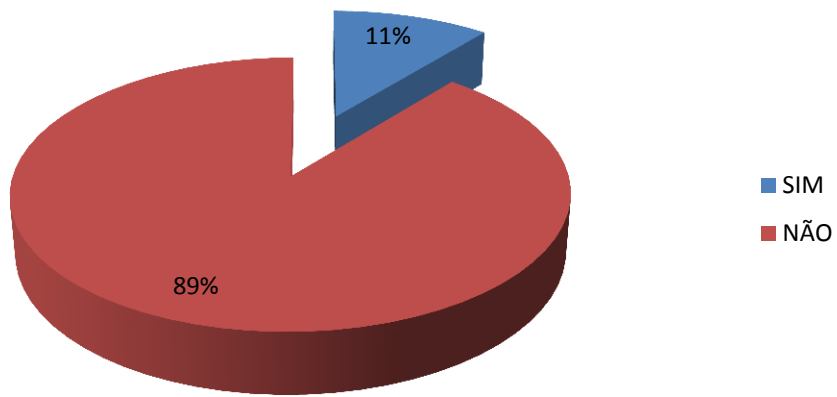
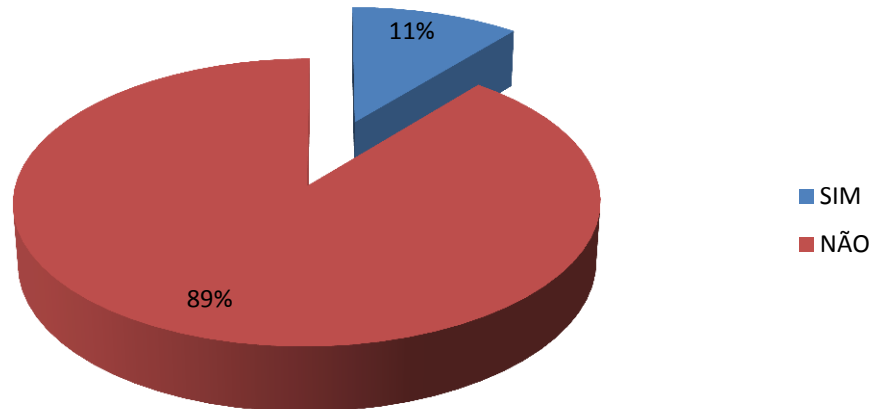


GRÁFICO 03:

Participação da comunidade em reuniões após a implantação da APA.



O nível de participação da comunidade em reuniões referente a APA do Alto do mucuri, é alarmante. Pois mostra que a maioria das pessoas abordadas não participa de tomadas de decisões, não fazem conhecimento do que acontece na APA, ficando isoladas de quaisquer informações ou situações que possam ser discutidas em tais reuniões. Sem o apoio da comunidade fica inviável a efetividade na gestão.

O fato da comunidade não participar dessas reuniões pode estar relacionada a diversos fatores, do tipo: Falta de interesse da comunidade em comparecer as mesmas; A comunidade não ser comunicada devidamente sobre a existência, data e horário destas reuniões; Ou as mesmas não serem reuniões bem elaboradas, que desperte o interesse da comunidade; Ou ainda, resistência da comunidade para com a APA do Alto do Mucuri.

A gestão de uma unidade de conservação depende do total interesse e participação da comunidade. As reuniões são maneiras saudáveis e inteligentes para aproximar comunidade e gestão, onde se busca a preservação dos recursos naturais em conjunto com a comunidade e a faz se sentir importante diante das

situações abordadas nestes encontros, desde que a opinião da comunidade seja levada em consideração.

Corroborando Cozzolino e Irving (2006), A participação da sociedade nos processos de gestão de Unidades de Conservação é considerada atualmente premissas fundamentais ao sucesso de suas propostas sejam estas a preservação ou o uso sustentável dos recursos naturais, a inclusão da sociedade nos processos de tomada de decisões para a gestão das Ucs se apresenta como pré-requisito à elaboração das políticas públicas que considerem suas demandas e visões.

Não sendo diferente na APA do Alto do Mucuri, onde se faz necessário a inclusão da sociedade na gestão da UC como condição primordial para que estas alcancem seus objetivos. É de suma importância que gestão participativa aconteça nesta unidade. Mas para que isso ocorra, a gestão da APA do Alto do Mucuri precisa reverter os números apresentados no gráfico acima e estar devidamente preparada para a abordagem a comunidade ao convidá-la para tais reuniões, assim como informá-la da proposta da reunião, informações básicas como: Local, data e horário, e claro, sobre a importância de tais reuniões para toda a comunidade e para a unidade de conservação em geral.

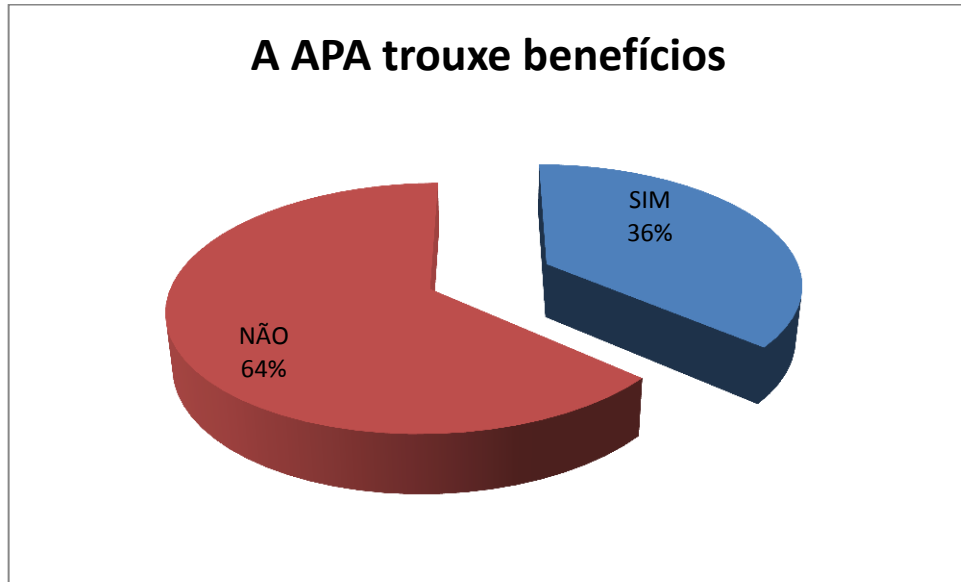
7.1.1.2 Aceitação da comunidade em relação APA do Alto do Mucuri

De acordo com os gráficos 04 e 05, referente a visão da comunidade da APA do Alto do Mucuri, se tratando dos benefícios trazidos até o presente, tal como a importância da criação e implantação desta APA para o município de Ladainha-MG, obteve-se os seguintes resultados:

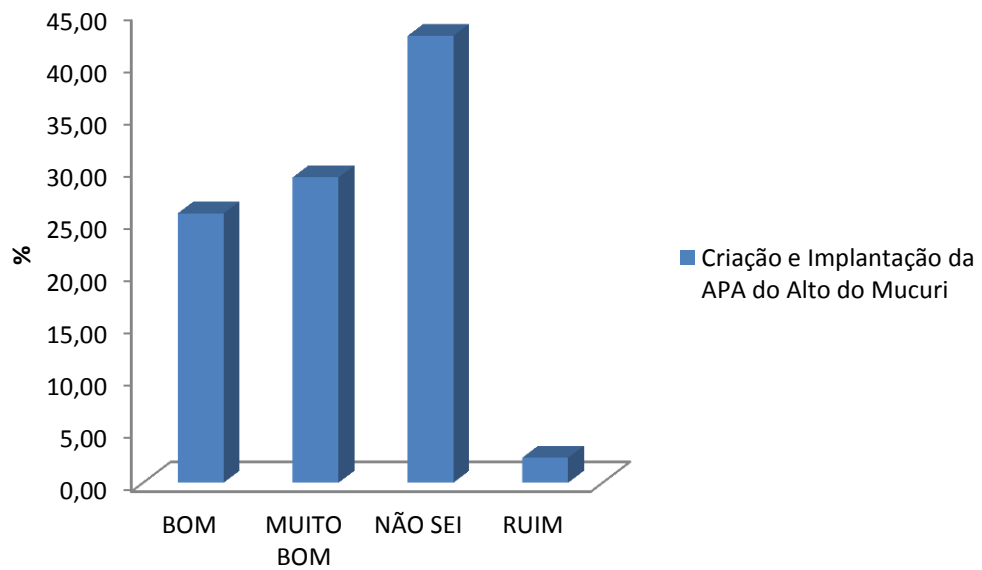
Das pessoas abordadas 64% dizem que a APA do Alto do Mucuri ainda não trouxe benefício para o município e os outros 36% das pessoas abordadas acreditam que sim, que APA trouxe benefícios. Sobre a importância da criação e implantação da APA para o município, 25,73% acreditam que seja BOM, 29,18% dizem que foi MUITO BOM, 42,71% não souberam responder e 2,39% acreditam que seja RUIM.

GRÁFICO 04

Visão da comunidade sobre os benefícios trazidos pela APA.

**GRÁFICO 05**

Nível de aceitação da comunidade referente a APA.



Diante o exposto, a grande maioria das pessoas abordadas na comunidade de Ladainha-MG não vê benefício nenhum até o momento, trazido pela APA do Alto do Mucuri a região. O que se torna preocupante, já que a APA do Alto do Mucuri tem mais de 3 anos de criação. Assim como o fato da grande maioria, que não soube responder sobre a real importância da implantação desta APA para a sua região. Esses resultados comprometem todo o sistema de gestão da APA do Alto do Mucuri, pois diversas são as razões para tais opiniões e sem o entendimento da comunidade é impossível que a unidade de conservação traga de fato benefícios.

Uma questão relevante que pode-se compreender este resultado é que os benefícios e uma gestão efetiva em unidades de conservação são de fato obtidas a longo prazo. Corroborando Faria (2004), É fato que existem muitas áreas protegidas com gestão nula ou próximo disso, mas isso não quer dizer que elas não cumprem seu papel. Ao contrário, não há como subestimar o significado que os ecossistemas legalmente protegidos tem e os grandes benefícios, muitas vezes imperceptíveis, que eles auferem com a sua simples existência. Por outro lado, há de se convir que se as UCs são criadas elas devem ser implantadas, administradas e manejadas e, assim, prover mais benefícios à sociedade que paga por elas. O que não é de diferente na APA do Alto do Mucuri, a comunidade pode ainda não ter se dado conta dos benefícios que essa UC trás a região com o simples fato de existir, onde há unidade de conservação, há preservação dos recursos naturais, proteção dos ecossistemas e benefícios ambientais em geral.

Outra questão relevante é que a gestão da APA do Alto do Mucuri possa também estar deixando de passar essas tais informações de importância e benefícios que a implantação dessa unidade de conservação no município esteja gerando. Pois nunca é demais frisar a importância dessa APA bem como os benefícios que ela já trouxe e que ainda pode trazer para a comunidade, para assim, ganhar o interesse das pessoas, transferir conhecimento e ao mesmo tempo conquistar a conscientização e percepção da comunidade em relação a importância e benefícios da APA do Alto do Mucuri.

Se faz também importante que a participação da comunidade, lideranças locais e outros atores no planejamento e gestão das Ucs em conjunto realizem avanços práticos para que a médio longo prazo os benefícios aconteçam para ambas as partes, o social e o ambiental. Corroborando Moore e Ormazabal (1988) indicam que entre os principais benefícios estão os de caráter biológico, econômicos

e os sócio-culturais adquiridos ao se proteger os valores mais relevantes da natureza, história e cultura de uma nação.

7.2. VISÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL SOBRE SUA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA APA DO ALTO DO MUCURI

Uma planilha de campo (APÊNDICE B), foi aplicado aos dois integrantes que juntos formam a equipe de gestão da APA do Alto do Mucuri, diante disto pode-se analisar que ambos concordam que para a criação e implantação da APA do Alto do Mucuri foi promovido um encontro juntamente com a comunidade local, Assim como a participação da comunidade nestes encontros que foram insatisfatórias, eles também concordam que existe uma resistência da comunidade em relação a implantação da APA na região, assim como também concordam que ocorre conflitos entre a comunidade local e a gestão, conflitos do tipo: Incêndios florestais criminosos, aumento da degradação ambiental e outros, e juntos afirmaram que a principal dificuldade encontrada pela gestão em relação a sua administração são as condições de trabalho, a falta de participação da comunidade assim como a resistência da comunidade em relação a APA entre outras.

As divergências de opiniões entre a gestão apareceram quando foi perguntada a frequência dos encontros com a comunidade, que para um, os encontros são semestralmente e para o outro os encontros são promovidos de maneira aleatória, também houve divergências de opiniões quando o assunto foi a escolha da sede da APA do Alto do Mucuri, para um dos membros da gestão a escolha foi feita em conjunto e para o outro a escolha da sede foi realizada de outra forma, o que mais chamou atenção entre as respostas divergentes da gestão foi sobre como eles viam nos dias atuais a aceitação da comunidade em relação a APA, para um, a aceitação da comunidade é boa e para o outro ruim.

As divergências nos resultados não foram somente entre a gestão, diante dos gráficos apresentados anteriormente em relação ao (APÊNDICE A), notou-se que a aceitação da comunidade para com a APA é negativa, já que a comunidade em sua maioria não vê benefícios trazidos pela APA, assim como não souberam responder da importância da sua implantação, nem tão pouco do seu significado, sendo

diferente da opinião de um dos membros da gestão que respondeu que nos dias atuais a aceitação da comunidade é boa, se para a gestão da APA do Alto do Mucuri a participação da comunidade em encontros promovidos pela UC é insatisfatória, e se os gráficos apresentados anteriormente mostram que 89% da comunidade não participam desses encontros, algo precisa ser devidamente mudado, para que a gestão da APA seja de fato efetiva e conte com o apoio da comunidade.

Corroborando Faria (2004), para se obter uma efetiva conservação nenhuma área protegida poderá ser gerenciada isoladamente, considerando que existem conexões biológicas, sociais e econômicas entre diferentes lugares e diferentes componentes do sistema, integrando-as então no processo dinâmico de planejamento do sistema. Na medida que se considera tal premissa assegura-se que o sistema em si vá além da simples soma das partes integrantes.

O que mostra que há uma grande necessidade de aproximação da comunidade e da gestão, que ambos precisam ter conhecimento do grau de importância do outro, bem como das dificuldades e opiniões dos dois lados, para que haja um consenso entre ambas as partes, e também consenso entre a equipe de gestão.

A comunidade da APA do Alto do Mucuri precisa se fazer presente na gestão, assim como a gestão da APA do Alto do Mucuri precisa se fazer presente em relação a comunidade, ambas precisam "andar" juntas, para que essa unidade de conservação se desenvolva, de forma a minimizar os impactos ambientais e sociais, traçando rumos ao melhoramento do sistema de gestão, da participação da comunidade e gerando benefícios de forma geral.

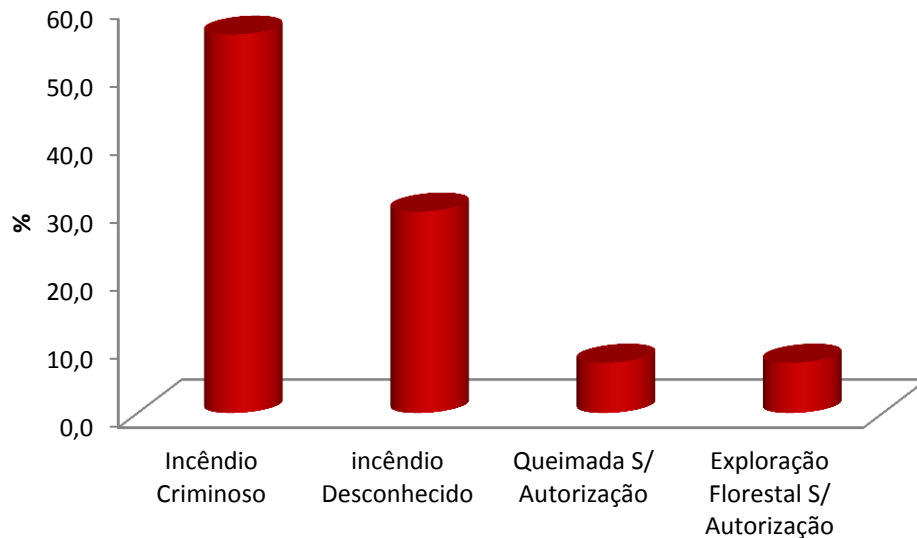
7.3 EXISTÊNCIA DE CONFLITOS NA APA DO ALTO DO MUCURI

A partir da coleta de informações e das análises de conflitos foram obtidos ROI's (Relatórios de Ocorrências de Incêndios) e RED's (Relatórios de Eventos de Defesa Social), em comum acordo com a gestão da APA do Alto do Mucuri por meio do IEF (Instituto Estadual de Florestas) e pelo Corpo de Bombeiros.

De acordo com os documentos analisados a maioria das ocorrências de atividades passíveis de degradação ambiental foram de incêndios, que por sua vez, a maioria criminosos totalizando 55,6% das ocorrências, 29,6% foram de incêndios

desconhecidos, 7,4% foram de queimadas sem autorização e outros 7,4% foram de exploração florestal sem autorização (GRÁFICO 05).

GRÁFICO 06:
Tipos de conflitos na APA.



Conforme o resultado das ocorrências de incêndio, a sua maioria foi de origem criminosa, o que indica a presença de conflitos na unidade de conservação. A presença de incêndios desconhecidos, queimadas sem autorização e de exploração florestal sem autorização também indicam resistência da comunidade em relação a recorrer a APA do Alto do Mucuri para se informar sobre os parâmetros que a UC estabelece nesse sentido, como também implica no fato da maioria não conhecer a APA como foi mostrado nos gráficos anteriores referente ao (APÊNDICE A).

Diversas são as causas que podem apresentar a incidência de conflitos em uma unidade de conservação, com base nos gráficos anteriores nota-se que todos os elementos que compõe o (APÊNDICE A) apresentam fatores que podem vir a se tornar situações conflituosas, o fato da grande maioria da comunidade local não ter conhecimento sobre o significado de APA, não saber da sua importância, não conhecer o município como sede e não ter boa aceitação e participação para com a APA faz com que a presença de conflitos seja cada vez mais evidente nessa UC.

Segundo Brito (2010) os problemas ambientais são formas de conflitos sociais, que envolvem interesses, sentidos e fins, na relação homem e ambiente. Ou

seja, os conflitos ambientais configuram-se quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum. Para Faria (2004) as causas dos conflitos ambientais em grande escala são freqüentemente muito complexas e variam conforme as características culturais dos povos e a história de seu desenvolvimento econômico.

Por isso se faz importante que a gestão da APA do Alto do Mucuri tenha uma aproximação maior com a comunidade, para que entenda o modo de vida que levavam antes da criação da UC e trabalhem isso de forma que venha mostrar as comunidade novas maneiras de se viver sem causar danos ao meio ambiente. É preciso conhecer a comunidade a qual faz parte da unidade de conservação, é preciso entendimento entre ambas as partes, para que os conflitos sejam solucionados, é a partir de situações conflituosas que aparecem idéias para soluções.

Corroborando Brito (2010) não podemos afirmar que os conflitos na gestão ambiental e, principalmente, no gerenciamento das UC's, são totalmente negativos, pois, são com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem as negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas. As UC's podem ser consideradas como um laboratório para o estudo dos conflitos, pois, é um espaço com limites definidos, onde podem ser observados e analisados diversos aspectos conflitantes.

O que para a APA do Alto do Mucuri pode se tornar uma grande ferramenta de apoio, pois se a gestão desta unidade, encontra dificuldades para a aceitação da comunidade em relação a APA, ela pode usar as próprias situações conflituosas para mostrar para a comunidade o danos que as degradações ambientais podem gerar tanto socialmente quanto ambientalmente é uma maneira de aproximação, educação ambiental e ainda uma forma de minimizar a incidência de novos conflitos, potencializando os benefícios que esta unidade pode trazer a região, e juntos procurarem soluções para uma relação saudável entre gestão e comunidade e sem que haja nenhum tipo de degradação ao meio.

7.4 PROPOSTA DE GESTÃO DE CONFLITOS

Depois de analisados os resultados sobre o nível de informação, aceitação e participação da comunidade local em relação a APA do Alto do Mucuri e de ter analisado também as dificuldades encontradas pela gestão da APA em meio a sua administração, como também analisados os conflitos existentes no Município, foi elaborada a “Proposta de Gestão de Conflitos” com intuito de minimizar a ocorrência de situações conflituosas, para uma maior aproximação da comunidade para com a APA e sua gestão e formas de maior preservação dos recursos naturais. Com propostas satisfatórias que tragam benefícios a APA do Alto do Mucuri como um todo, envolvendo comunidade e gestão.

De acordo com o que foi visto, analisado e discutido, vale ressaltar que a APA do Alto do mucuri não tem uma sede própria. O que dificulta a aproximação da comunidade e prejudica também as condições de trabalho da gestão. Sendo assim a nossa proposta começa com a convicção que a APA do Alto do mucuri necessita de uma sede própria, para melhores condições de trabalho, sendo mais fácil a identificação da comunidade, intermediando assim essa aproximação e trazendo com ela informações e possíveis melhoras na aceitação.

A equipe de gestão da APA do Alto do mucuri no município de Ladainha-MG conta com apenas 2 (dois) funcionários, um número nada expressivo, diante da demanda e dificuldades encontradas. Em meio a isto, propõe-se que o quadro de funcionários que compõe a gestão, seja reforçado com profissionais da área, devidamente capacitados e habilitados as funções. Como por exemplo:

Que seja formada uma equipe de profissionais capacitados para o pratica e coordenação de projetos de “Educação Ambiental” a ser aplicado na zona urbana do município de Ladainha, como em: Escolas, reuniões devidamente programadas com a população, entre outros. E também nas comunidades rurais inseridas no município, levando informação, conhecimento e dispersando a conscientização ambiental entre eles, bem como sua importância. Medida que pode ser também adotada nos outros 7 municípios que compõe a APA do Alto do Mucuri.

È necessário que seja formada uma equipe técnica de pelo menos 2 (dois) profissionais capacitados e devidamente habilitados, nos setores ambiental e agrícola, que tenham disponibilidade em se locomover as áreas rurais para dar

suporte e orientação a comunidade rural, se tratando de assuntos do tipo: Ex: vistorias nas propriedades que buscam esse suporte, cercamento de nascente, queimada controlada, etc. Melhorando assim a preservação dos recursos naturais, bem como, minimizando situações de conflitos.

Devido aos baixos índices de participação da comunidade em encontros promovidos pela APA, sabendo da existência do conselho consultivo com membros dos 8 (oito) municípios que compõe a APA, propõe-se que seja formado outro conselho consultivo apenas com membros residentes do Município de Ladainha, formado por líderes das comunidades rurais, assim como autoridades políticas, e demais membros relacionados a área ambiental, juntamente com toda a equipe de gestão da APA, afim de agilizar tomadas de decisão local, promover a união entre comunidade e gestão, e passar informações gerais referente a APA do Alto do mucuri, podendo ser realizada uma reunião por mês.

Outro grande impasse que a gestão da APA do Alto do Mucuri encontra é a questão do número de veículos disponíveis na unidade. Sendo Apenas 1 (um), equipamentos do tipo: computadores, impressora, cadeiras, mesas, prateleiras, GPS, maquina fotográfica, rádio, telefonia fixa entre outros. Que são insuficientes, levando ainda em consideração as possíveis mudança para uma sede própria, o que torna indiscutivelmente necessário o aumento no numero desses equipamentos.

Levando em consideração o número crescente de incêndios criminosos no município de Ladainha, bem como degradações ambientais, etc. Propõe-se que seja requerido reforço da policia ambiental de meio ambiente, bem como um posto fixo no município, que esteja inteiramente a disposição da APA, para atender possíveis situações de impacto ambiental negativo, atendendo também nos demais 7 municípios que junto com Ladainha, completa a APA do Alto do Mucuri.

Portanto, acredita-se que se pelo menos uma parcela destas propostas apresentadas, forem bem aceitas e colocadas em prática, as situações de conflitos na unidade de conservação serão em grande parte minimizadas, e a interação entre comunidade e gestão será em uma proporção maior. Além de diminuir as dificuldades encontradas pelas gestão da APA do Alto do Mucuri, promover a gestão participativa, melhorando assim, as condições de trabalho e apaziguando a relação entre comunidade e gestão.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos, pode-se verificar que o Município de Ladainha - MG e comunidades locais, em sua maioria, não possuem informações devidas sobre o que é APA, como ela funciona, onde é sua sede, bem como sua importância para região. Além disso, o nível de participação da comunidade em encontros promovidos pela APA é insatisfatória, bem como é percebida a resistência em relação a a aceitação da APA do Alto do Mucuri na região.

Fica evidente que há uma falha de comunicação entre gestão e comunidade, que ambas precisam entrar em consenso para que juntas conquistem a gestão efetiva dessa unidade, ainda que seja a médio/ longo prazo.

Na APA do Alto do Mucuri em Ladainha-MG pode-se considerar a existência de conflitos, determinados pela ocorrência de incêndios em sua maioria criminosos ou desconhecidos, bem como a realização de atividades de extração de recursos naturais, principalmente madeira, sem autorização legal, em uma área de UC que tem como principal princípio estabelecer o uso sustentável.

A chave para essas questões pode estar relacionada ao baixo nível de conhecimento da população em relação à APA, pois não há como participar ou ter uma boa aceitação daquilo que não se conhece.

Para minimizar os conflitos existentes nesta unidade, a gestão necessita de projetos práticos de educação ambiental e melhorias infraestruturais que venham trazer informações, orientações e frisar a importância da APA do Alto do Mucuri para região, para á partir disto, buscarem mecanismos para o entendimento entre comunidade e gestão, a fim de minimizar as situações conflituosas e potencializar a proteção dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

AGRA FILHO, Severino Soares. Conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 351-359, 2010.

ARRUDA, Rinaldo. “POPULAÇÕES TRADICIONAIS” E A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. *Ambiente & Sociedade*, n. 5, p. 79-92, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Criação UC's*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/criacao-ucs>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Unidades de Conservação*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de AGOSTO de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

BRITO, Daginete Maria Chaves. Conflitos em unidades de conservação. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, n. 1, 2010.

COZZOLINO, Luiz Felipe; IRVING, M. Avaliação de gestão participativa em unidades de conservação: uma análise a partir da ótica da governança. *Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*, 2006.

FARIA, Helder Henrique de. *Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo*, Brasil. 2004.

FARIA, Ivan Dutra. *Compensação ambiental: os fundamentos e as normas, a gestão e os conflitos*. Senado Federal, Consultoria Legislativa, Centro de Altos Estudos, 2008.

FLORES, Shana Sabbado; GRUBER, Nelson Sambaqui; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *GESTÃO E CONFLITOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: GESTÃO ESTRATÉGICA E OPERACIONAL PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL*, v. 3, n. 2, 2009.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Plano de Manejo da APA Itupararanga*. São Paulo: FFLORESTAL, 2008.

GOOGLE MAPS. *Perímetro da Cidade de Ladainha-MG*. 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-18.5779703,-45.4514505,6z>> Acesso em: 15 abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Localização de Ladainha-MG*. 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313700>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IEF. Instituto Estadual de Florestas. *Área de Proteção Ambiental-APA*. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/117>> Acesso em: 28 abr. 2015.

IEF. Instituto Estadual de Florestas. *Governo de Minas cria Área de Proteção Ambiental no Mucuri*. 2012. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/noticias/1/1330-governo-de-minas-cria-area-de-protecao-ambiental-no-mucuri>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

IEF. Instituto Estadual de Florestas. *SISEMA. SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE NOTA TÉCNICA PARA A CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ALTO MUCURI: NOS MUNICÍPIOS DE CARAÍ, CATUJI, ITAIPÉ, LADAINHA, NOVO CRUZEIRO, MALCACHETA, POTÉ E TEÓFILO OTONI, MINAS GERAIS*. Belo Horizonte, 2011. 79p.

MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil*. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2006.

MILANO, Miguel Sereudik. 2000. Mitos no manejo de Unidades de Conservação no Brasil, ou a Verdadeira Ameaça. *IN: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO*. 05 a 09 de novembro de 2000, Campo Grande, MS. Anais...Campo Grande, MS: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000. Volume I. p. 11-25.

MINAS GERAIS. Decreto de criação da APA do Alto do Mucuri. *Publicação – Diário do Executivo – Decreto nº 45.877*, de 30 de dezembro de 2011. Belo Horizonte, 2011.

MOORE, Alan y ORMAZABAL, Cezar. *Manual de planificación de sistemas nacionales de áreas silvestres protegidas en América Latina*. Proyecto FAO/PNUMA. Santiago, Chile: FAO/PNUMA, 1988. 137p.

OLIVEIRA, João Carlos Costa; BARBOSA, José Henrique Cerqueira. *Roteiro para criação de unidades de conservação municipais*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

SHIRAISHI, Juliana Costa. Conflitos ambientais em unidades de conservação: *percepções sobre a Reserva Biológica da Contagem*, DF. 2011.

SIMÕES, Luciana Lopes. Unidades de Conservação: *Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais*. São Paulo: WWF-Brasil, 2008.

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a “naturalização” do social. *Revista Brasileira de ciências sociais*, v. 20, n. 59, p. 51-66, 2005.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, Paulo Freire. Conflitos socioambientais e Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 7, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONARIO A SER APLICADO PARA A COMUNIDADE DO MUNICIPIO DE LADAINHA-MG

N°: _____	
SEXO: () Feminino () Masculino	
IDADE: _____	
1- NÍVEL DE ESCOLARIDADE:	2- OCUPAÇÃO:
() Não Tem	() Estudante
() Fundamental Incompleto	() Desempregado
() Fundamental Completo	() Autônomo
() Nível Médio Incompleto	() Funcionário de Empresa Pública
() Nível Médio Completo	() Funcionário de Empresa Privada
() Nível Superior Incompleto	() Empresário
() Nível Superior Completo	() Aposentado
() Pós-graduação Incompleta	() Outro
() Pós-graduação Completa	
3- Você sabe o que significa uma Unidade de Conservação? () Sim () Não	
4- Você sabe o que significa uma APA ? () Sim () Não	
5- Você já ouviu falar na APA do Alto Mucuri? () Sim () Não	
6- Você sabe que Ladainha é sede da APA do Alto Mucuri? () Sim () Não	
7- Você entende da importância da APA do Alto Mucuri para sua região? () Sim () Não	
8- Qual a sua visão sobre a criação e implantação da APA do Alto Mucuri? () Muito Bom () Bom () Ruim () Não sei responder	
9- Você já participou de algum encontro antes de ser criada a APA em Ladainha () Sim () Não	
10- Você já participou de algum encontro promovido pela APA do Alto Mucuri? () Sim () Não	
11- Na sua opinião a APA do Alto do Mucuri trouxe algum benefício ao município de Ladainha-MG? () Sim () Não	

APÊNDICE B: PLANILHA DE CAMPO A SER APLICADO A EQUIPE DE GESTÃO DA APA DO ALTO DO MUCURI

Equipe: _____

QUESTÕES	RESPOSTAS	RESPONSÁVEL
Para a criação e implantação da APA do Alto do Mucuri foi promovido algum encontro junto a comunidade local?	() SIM () NÃO () NÃO SEI	
Qual a frequência destes encontros?	() MENSALMENTE () SEMESTRALMENTE () ANUALMENTE () ALEATORIAMENTE () OUTRA	
Se houve, qual foi o grau de participação da comunidade nestes encontros?	() SATISFATÓRIA () INSATISFATÓRIA () NÃO HOUVE	
Na sua visão a comunidade teve alguma resistência em relação a implantação da APA do Alto do Mucuri?	() MUITA () INTERMEDIÁRIA () POUCA	
Nos dias atuais como você vê a aceitação da comunidade em relação a APA do Alto do Mucuri?	() PÉSSIMA () RUIM () BOA () MUITO BOA () ÓTIMA	
Como foi feita a escolha da sede da APA do Alto do Mucuri?	() PELO ORGÃO AMBIENTAL () PELA COMUNIDADE () EM CONJUNTO () OUTRA	
Ocorre algum tipo de conflito entre a comunidade local e a gestão?	() SIM () NÃO () NÃO SEI	
Se sim, quais são os tipos de conflitos?	() INCÊNDIOS FLORESTAIS CRIMINOSOS () AUMENTO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL () CONSTRUÇÕES, DANOS A SEDES PÚBLICAS. () OUTRAS	
Qual a principal dificuldade encontrada pela gestão da APA do Alto do Mucuri em relação a sua administração?	() CONDIÇÕES DE TRABALHO () FALTA DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE () RESISTENCIA DA COMUNIDADE () OUTROS	